

E5 Holding S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores da  
E5 Holding S.A.  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da E5 Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da E5 Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

## E5 Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
Caixa e equivalente de caixa	6.a	18	18	28.079	14.070	Fornecedores	14	23	8	3.834	11.996
Contas a receber	7	-	-	8.066	7.843	Financiamentos	15	-	-	4.201	9.978
Adiantamento a fornecedores	8	-	-	214	3.585	Obrigações tributárias		1	-	1.269	14
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	166	102	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	453	402
Despesas pagas antecipadamente	9	-	-	2.569	5.121	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	57	319
Dividendos a receber		3.460	1.594	-	-	Dividendos a pagar		841	1.709	841	1.709
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.478</b>	<b>1.612</b>	<b>39.094</b>	<b>30.721</b>	Arrendamentos	11	-	-	27	14
Contas a receber	7	-	-	4.317	2.608	Outras contas a pagar	18	3	-	2.044	113
Fundos vinculados	6.b	-	-	9.002	12.395	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>868</b>	<b>1.717</b>	<b>12.726</b>	<b>24.545</b>
Depósitos judiciais		-	-	-	3.346	Financiamentos	15	-	-	174.274	161.604
Despesas pagas antecipadamente	9	-	-	1.316	18	Tributos diferidos	17	-	-	21.336	22.522
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.635</b>	<b>18.367</b>	Arrendamentos	11	-	-	4.570	4.091
Investimentos	10	157.078	171.497	-	-	Provisão para desmobilização	16	-	-	3.221	2.615
Direito de uso	11	-	-	6.951	6.614	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>203.401</b>	<b>190.832</b>
Imobilizado	12	-	-	252.375	264.823	<b>Patrimônio líquido</b>					
Intangível	13	-	-	62.760	66.244	Capital social	20	123.196	133.193	123.196	133.193
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>157.078</b>	<b>171.497</b>	<b>336.721</b>	<b>356.048</b>	Reserva de lucros		36.492	38.199	36.492	38.199
<b>Total do ativo</b>		<b>160.556</b>	<b>173.109</b>	<b>375.815</b>	<b>386.769</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>159.688</b>	<b>171.392</b>	<b>159.688</b>	<b>171.392</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>160.556</b>	<b>173.109</b>	<b>375.815</b>	<b>386.769</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## E5 Holding S.A.

### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	21	-	-	45.126	45.196
Custos de operação	22	-	-	(21.299)	(20.887)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>23.827</b>	<b>24.309</b>
Despesas gerais e administrativas	23	(16)	-	(6.088)	(4.542)
Outras receitas operacionais		-	7	4.184	-
Resultado com equivalência patrimonial	10	3.556	6.913	-	-
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>3.540</b>	<b>6.920</b>	<b>21.923</b>	<b>19.766</b>
Receitas financeiras	24	-	-	523	560
Despesas financeiras	24	(1)	(3)	(18.518)	(13.009)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(1)</b>	<b>(3)</b>	<b>(17.995)</b>	<b>(12.449)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>		<b>3.539</b>	<b>6.917</b>	<b>3.928</b>	<b>7.317</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	-	-	(1.574)	(1.586)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17	-	-	1.185	1.186
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>		<b>3.539</b>	<b>6.917</b>	<b>3.539</b>	<b>6.917</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **E5 Holding S.A.**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>	3.539	6.917	3.539	6.917
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><b>3.539</b></u>	<u><b>6.917</b></u>	<u><b>3.539</b></u>	<u><b>6.917</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## E5 Holding S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Controladora e consolidado							
			Reserva de lucros				
	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>122.949</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>32.912</b>	<b>-</b>	<b>155.874</b>
Subscrição e integralização de capital	20	10.244	-	-	-	-	10.244
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.917	6.917
Constituição de reserva legal		-	-	346	-	(346)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.643)	(1.643)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	4.928	(4.928)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>133.193</b>	<b>-</b>	<b>359</b>	<b>37.840</b>	<b>-</b>	<b>171.392</b>
Subscrição de capital		-	-	-	-	-	-
Subscrição e integralização de capital	20	3	-	-	-	-	3
Redução de capital	20	(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.539	3.539
Constituição de reserva legal		-	-	177	-	(177)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(841)	(841)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	2.521	(2.521)	-
Distribuição adicional de lucros		-	-	-	(4.405)	-	(4.405)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>123.196</b>	<b>-</b>	<b>536</b>	<b>35.956</b>	<b>-</b>	<b>159.688</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## E5 Holding S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos tributos		3.539	6.917	3.928	7.317
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>					
Juros sobre financiamento	15	-	-	10.807	7.814
Custo de captação apropriado ao resultado	15	-	-	118	46
Depreciação	12	-	-	12.627	11.455
Baixa de imobilizado	12	-	-	69	2.143
Baixa de fornecedores		-	-	(4.184)	-
Juros sobre provisão para desmobilização	16	-	-	606	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.556)	(6.913)	-	-
Provisão de ressarcimento		-	-	-	(2.679)
Amortização de direitos de uso	11	-	-	196	118
Juros incorridos de arrendamento	11	-	-	324	421
Amortização de direitos de exploração	13	-	-	3.484	3.488
		<b>(17)</b>	<b>4</b>	<b>27.975</b>	<b>30.123</b>
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber	7	-	-	(1.932)	(5.811)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	(64)	(100)
Outras contas a receber		-	-	-	341
Depósitos judiciais		-	-	3.346	(3.346)
Adiantamento a fornecedores	8	-	-	1.310	(3.217)
Despesas pagas antecipadamente	9	-	-	1.254	1.212
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(262)	1
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	88	-
Obrigações tributárias		1	(76)	1.255	(410)
Fornecedores	14	15	-	(1.917)	(82.842)
Outras contas a pagar	18	3	5	1.931	(16)
<b>Caixa gerado pelas (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>2</b>	<b>(67)</b>	<b>32.984</b>	<b>(64.065)</b>
Pagamento de juros de financiamentos	15	-	-	(4.032)	(6.112)
Pagamento de IR e CS		-	-	(1.612)	(1.211)
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>2</b>	<b>(67)</b>	<b>27.340</b>	<b>(71.388)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
(Resgate) Aporte de capital em investidas	10	16.109	(10.159)	-	-
Aquisição ao ativo imobilizado	12	-	-	(248)	(547)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento</b>		<b>16.109</b>	<b>(10.159)</b>	<b>(248)</b>	<b>(547)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Pagamento de principal e juros de Arrendamentos	11	-	-	(365)	(432)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	(1.128)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	77.953
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	(2.266)
Integralização de capital	20	3	10.244	3	10.244
Redução de capital	20	(10.000)	-	(10.000)	-
Pagamento de dividendos		(6.114)	-	(6.114)	-
Fundos vinculados	6.b	-	-	3.393	(4.950)
<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividade de financiamento</b>		<b>(16.111)</b>	<b>10.244</b>	<b>(13.083)</b>	<b>79.421</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-</b>	<b>18</b>	<b>14.009</b>	<b>7.486</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	6.a	18	-	14.070	6.584
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.a	18	18	28.079	14.070
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>-</b>	<b>18</b>	<b>14.009</b>	<b>7.486</b>
		-	(0)	-	(0)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

*(Em milhares de reais)*

### 1 Contexto operacional

A E5 Holding S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de setembro de 2017, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Tem como controladora Echoenergia Participações S.A, a qual detém 100% de duas ações.

As controladas da Companhia possuem 2 (duas) centrais geradoras de energia eólica situadas no município de Lagoa Nova, no estado da Bahia e Jardim de Angicos no estado do Rio Grande do Norte, possuindo ao todo 24 (vinte e quatro) unidades geradoras de 2,1 MW, totalizando 50,8 MW de capacidade instalada.

#### 1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas possuíam as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médios)	Garantia física (MW Médios)
Eólica Pedra do Reino IV	Res. 181/2016	12/05/2016	35 anos	20	9,7
Eólica Boa Esperança I	Res. 389/2015	20/08/2015	35 anos	30,8	15,3

#### 1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia com vencimentos em outubro de 2038:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW Médios)	Preço (MW/h) (a)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
Eólica Pedra do Reino IV	LER 9/2015 (b)	9,7	R\$ 178,00	IPCA	Novembro
Eólica Boa Esperança I	LEN 6/2014 (c)	14,4	R\$ 138,55	IPCA	Janeiro

(a) Valores em R\$ para 31 de dezembro de 2020.

(b) Leilão de Energia de Reserva

(c) Leilão de Energia Nova

## **1.3 Pandemia da COVID-19**

### **a. Contexto Geral**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

### **b. Impacto nas demonstrações financeiras**

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia e suas controladas atuam. A seguir está elencada a principal conta acompanhada pela Companhia.

#### **i. Receita e contas a receber**

As receitas da Companhia e suas controladas estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por

característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia e de suas controladas, portanto não houve necessidade de complemento da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração e conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas

revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de uso e Arrendamentos (nota explicativa nº 11)** – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente
- **Imobilizado (nota explicativa nº 12)** – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Provisões para custos de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 16)** – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e estimativa da taxa de desconto para aplicação do valor presente;
- **Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 27)** – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

### **3 Base de consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas.
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as demonstrações financeiras da E5 Holding S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas diretas:	% de Participação	
	2020	2019
Eólica Boa Esperança I S.A.	100%	100%
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	100%	100%

#### 4 **Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

##### a. **Combinação de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

##### b. **Instrumentos financeiros**

###### *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o

	método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

***Passivos financeiros***

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:



- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 27.

#### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

### **c. Imobilizado**

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

### **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, limitando-se ao período de autorização, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

#### **d. Provisão para desmobilização**

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia obteve por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa nº 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são:

Desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,64% a.a.

**e. Receitas de venda de energia elétrica**

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

**f. Intangível**

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

- *Direitos de exploração dos contratos comerciais*

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica de Intangível.

A Administração da Companhia não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

- *Outros ativos intangíveis*

São ativos adquiridos pelas controladas, com vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

***Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas devem avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia ou a suas controladas em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### ***Ativos não financeiros***

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (*impairment test*), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

## **h. Imposto de renda e contribuição social correntes**

A Companhia calcula o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e as suas Controladas com base no lucro presumido.

### ***Lucro presumido***

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas

regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

### ***Lucro real***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes da Controladora são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

Impostos diferidos passivos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente, em operações de mais valia na combinação de negócios.

#### **i. Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **j. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

##### ***(i) Arrendatário***

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para

fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,72% a.a. desde a mensuração inicial.

- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente as Controladas irão remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

#### **k. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias e juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

## **5 Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

#### **b) Outras Normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas

demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 6 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

### a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldos de caixa e bancos	18	18	1.396	56
Aplicações financeiras (a)	-	-	26.683	14.014
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>28.079</b>	<b>14.070</b>

- (a) Referem-se à aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 99,1% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2020 (95,5% em 31 de dezembro de 2019).

### b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante. As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia e suas controladas mantidas junto ao banco administrador, para recebimento de quaisquer valores oriundos da cessão fiduciária de direitos creditórios, caso as contas reservas estejam constituídas os valores devem ser liberados para conta livre movimento.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Centralizadora (i)	2.017	5.493
Reserva de dívida BNB (ii)	6.985	6.902
<b>Total</b>	<b>9.002</b>	<b>12.395</b>

- (i) As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia e suas controladas mantidas junto ao banco administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos sem t
- (ii) Fundo de liquidez correspondente a percentual estabelecido no contrato de financiamento.



## 7 Contas a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Transações realizadas no ACR (a)	8.479	6.579
Transações realizadas no ACL (b)	808	3.872
MCP CCEE (c)	3.096	-
<b>Total</b>	<b>12.383</b>	<b>10.451</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.066</b>	<b>7.843</b>
<b>Não circulante (d)</b>	<b>4.317</b>	<b>2.608</b>

- (a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
- (b) Ambiente de Contratação Livre - Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
- (c) Refere-se aos créditos oriundos da liquidação financeira positiva no mercado de curto prazo (liquidação CCEE) os valores compreendem saldos em aberto da liquidação financeira da CCEE, decorrentes da situação temporária da Câmara, em que liminares judiciais suspenderam o pagamento do GSF pelos agentes geradores de fonte hidráulica afetando o recebimento dos demais agentes. Com a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 895 de 01 de dezembro de 2020 é esperado que todos os valores oriundos do GSF sejam pagos pelos agentes devedores ao longo de 2021, e conseqüentemente todo o saldo represado seja liberado também em 2021. Desta forma, a Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.
- (d) Refere-se aos excedentes quadrienais de geração de energia em formação dos contratos ACR, O valor total está previsto para recebimento a partir de 2022 caso a Companhia continue performando geração de energia excedente

## 8 Adiantamento a Fornecedores

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Materiais e serviços (a)	2.275	3.476
Outros	-	109
<b>Total</b>	<b>2.275</b>	<b>3.585</b>

- (a) Adiantamento a fornecedores referente aquisição de materiais, manutenção e serviços empregados nos parques eólicos.

## 9 Despesas pagas antecipadamente

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Seguros a apropriar	526	177

Fianças e compromisso (*)	3.338	4.701
Manutenção antecipada	<u>21</u>	<u>261</u>
<b>Total</b>	<b><u>3.885</u></b>	<b><u>5.139</u></b>
<b>Circulante</b>	2.569	5.121
<b>Não circulante</b>	1.316	18

(\*) Refere-se a fianças contratadas anualmente vinculadas a cláusulas restritivas do contrato de financiamento que a Companhia possui com o banco BNB.

## 10 Investimentos

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Investimentos (a)	115.655	127.774
Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas líquidos dos efeitos fiscais, mais-valia (b)	<u>41.423</u>	<u>43.723</u>
<b>Total</b>	<b><u>157.078</u></b>	<b><u>171.497</u></b>

### a. Investimentos em controladas

#### *Composição*

Companhia	% Participação	<u>2020</u>			
		Patrimônio líquido	Resultado do período	Mais Valia líquida	Investimento
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	100%	49.943	7.868	15.482	65.425
Eólica Boa Esperança I S.A.	100%	65.712	(2.012)	25.941	91.653
<b>Total dos investimentos</b>		<b><u>115.655</u></b>	<b><u>5.856</u></b>	<b><u>41.423</u></b>	<b><u>157.078</u></b>

Companhia	% Participação	<u>2019</u>			
		Patrimônio líquido	Resultado do período	Mais Valia líquida	Investimento
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	100%	55.051	5.660	16.382	71.433
Eólica Boa Esperança I S.A.	100%	72.723	3.555	27.341	100.064

<b>Total dos investimentos</b>	<b>127.774</b>	<b>9.215</b>	<b>43.723</b>	<b>171.497</b>
--------------------------------	----------------	--------------	---------------	----------------

### **Movimentação**

<b>Investidas</b>	<b>2019</b>	<b>(Redução) de capital</b>	<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>Resultado equivalência patrimonial</b>	<b>2020</b>
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	71.433	(11.110)	(1.866)	6.968	65.425
Eólica Boa Esperança I S.A.	100.064	(4.999)	-	(3.412)	91.653
<b>Total líquido investido</b>	<b>171.497</b>	<b>(16.109)</b>	<b>(875)</b>	<b>(3.556)</b>	<b>157.078</b>

<b>Investidas</b>	<b>2018</b>	<b>Aumento de capital</b>	<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>Resultado equivalência patrimonial</b>	<b>2019</b>
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	64.894	3.126	(1.346)	4.759	71.433
Eólica Boa Esperança I S.A.	90.943	7.033	(66)	2.154	100.064
<b>Total líquido investido</b>	<b>155.837</b>	<b>10.159</b>	<b>(1.412)</b>	<b>6.913</b>	<b>171.497</b>

O quadro abaixo resume as informações financeiras das controladas na Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

<b>Controladas</b>	<b>Capital Social</b>	<b>2020</b>		<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita líquida</b>	<b>Lucro</b>
		<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>			
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	39.037	136.362	86.419	49.943	21.401	7.868
Eólica Boa Esperança I S.A.	67.516	176.670	110.958	65.712	23.725	(2.012)

<b>Controladas</b>	<b>Capital Social</b>	<b>2019</b>		<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita líquida</b>	<b>Resultado do Período</b>
		<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>			
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	50.147	141.059	86.008	55.051	21.262	5.660
Eólica Boa Esperança I S.A.	72.516	179.450	106.727	72.723	23.934	3.555

#### **b. Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas líquidos dos efeitos fiscais**

Mais-valia registrada na combinação de negócios alocada para o direito de exploração dos contratos de venda de energia no ambiente regulado, os quais são amortizados conforme vigência dos contratos. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 13 Intangível.

Abaixo é demonstrado o valor bruto e líquido de efeitos fiscais da mais-valia em 31 de dezembro de 2020

		<b>31/12/2020</b>			
	<b>Vida útil</b>	<b>Mais – Valia</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>IR e CS diferidos</b>	<b>Valor Líquido</b>
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	26.059	(2.605)	(7.972)	15.482
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	43.670	(4.365)	(13.364)	25.941
<b>Total</b>		<b>69.729</b>	<b>(6.970)</b>	<b>(21.336)</b>	<b>41.423</b>

## 11 Direito de uso e Arrendamentos

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. Desde 1º de janeiro de 2019 a Companhia e suas controladas reconhecem esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do ativo de direito de uso está demonstrada abaixo:

<b>2020</b>				
<b>Consolidado</b>	<b>Valor líquido em 01/01/2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2020</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Arrendamento parques eólicos	6.614	533	(196)	6.951
<b>Total do ativo</b>	<b>6.614</b>	<b>533</b>	<b>(196)</b>	<b>6.951</b>

  

<b>2019</b>				
<b>Consolidado</b>	<b>Valor líquido em 01/01/2019</b>	<b>Adoção inicial CPC 06 (R2)</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2019</b>
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Arrendamento parques eólicos	-	6.732	(118)	6.614
<b>Total do ativo</b>	<b>-</b>	<b>6.732</b>	<b>(118)</b>	<b>6.614</b>

Composição dos saldos de passivo de arrendamentos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>	4.597	4.105

<b>Total</b>	<b>4.597</b>	<b>4.105</b>
Circulante	27	14
Não circulante	4.570	4.091

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	2020				
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Consolidado</b>					
<b>Passivo de arrendamento</b>					
Arrendamentos parques eólicos	4.105	533	(365)	324	4.597
<b>Total</b>	<b>4.105</b>	<b>533</b>	<b>(365)</b>	<b>324</b>	<b>4.597</b>
	2019				
	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial (*)	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2019
<b>Consolidado</b>					
<b>Passivo de arrendamento</b>					
Arrendamentos parques eólicos	-	4.116	(432)	421	4.105
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.116</b>	<b>(432)</b>	<b>421</b>	<b>4.105</b>

(\*) No momento do reconhecimento inicial as controladas reconheceram R\$ 4.116 referente ao valor presente das contraprestações de arrendamento e R\$ 2.616, referente ao custo com desmobilização do parque arrendado.

## 12 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

		31/12/2020			31/12/2019	
		Vida útil	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado em andamento	-	1.027	-	1.027	884	
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	277.219	(25.883)	251.336	263.927	
Equipamentos e processamento de dados	6 anos	12	-	12	12	
<b>Total</b>		<b>278.258</b>	<b>(25.883)</b>	<b>252.375</b>	<b>264.823</b>	

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2020					
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
<b>Consolidado</b>						

Imobilizado em andamento	884	227	(15)	(69)	-	1.027
Máquinas e equipamentos	263.927	21	15	-	(12.627)	251.336
Equipamentos e processamento de dados	12	-	-	-	-	12
<b>Total</b>	<b>264.823</b>	<b>248</b>	<b>-</b>	<b>(69)</b>	<b>(12.627)</b>	<b>252.375</b>

Consolidado	2019					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em andamento	7.565	455	(5.343)	(1.793)	-	884
Máquinas e equipamentos	215.682	92	59.958	(350)	(11.455)	263.927
Benfeitorias	39.186	-	(39.186)	-	-	-
Linhas de transmissão em serviço	15.441	-	(15.441)	-	-	-
Equipamentos e processamento de dados	-	-	12	-	-	12
<b>Total</b>	<b>277.874</b>	<b>547</b>	<b>-</b>	<b>(2.143)</b>	<b>(11.455)</b>	<b>264.823</b>

Os ativos imobilizados do grupo são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 15.

## 13 Intangível

### a. Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas

Durante o exercício de 2017, a Companhia adquiriu o controle de suas investidas. A mais valia identificada nas combinações de negócios são atribuíveis aos contratos de venda de energia no ambiente regulado, os quais são amortizados conforme vigência desses contratos.

Na demonstração financeira consolidada a mais valia é apresentada bruta, e na demonstração financeira consolidada da Controladora líquida dos efeitos fiscais.

		Consolidado		
	Vida útil	31/12/2019	Amortização	31/12/2020
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	24.772	(1.304)	23.468
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	41.472	(2.180)	39.292
<b>Total</b>		<b>66.244</b>	<b>(3.484)</b>	<b>62.760</b>

**Consolidado**

	<b>Vida útil</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/2019</b>
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	26.062	(1.290)	24.772
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	43.670	(2.198)	41.472
<b>Total</b>		<b>69.732</b>	<b>(3.488)</b>	<b>66.244</b>

**Controladora**

	<b>Vida útil</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/2020</b>
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	16.382	(900)	15.482
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	27.341	(1.400)	25.941
<b>Total</b>		<b>43.723</b>	<b>(2.300)</b>	<b>41.423</b>

**Controladora**

	<b>Vida útil</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Amortização</b>	<b>31/12/2019</b>
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	17.283	(901)	16.382
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	28.742	(1.401)	27.341
<b>Total</b>		<b>46.025</b>	<b>(2.302)</b>	<b>43.723</b>

## 14 Fornecedores

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Materiais e serviços (a)	3.064	9.819
Partes relacionadas (b)	231	335
Provisões diversas (c)	295	1.676
Outros	244	166
<b>Total</b>	<b>3.834</b>	<b>11.996</b>

- (a) Refere-se a obrigações referentes a construção e manutenção dos parques eólicos.  
(b) Conforme nota explicativa nº 25

(c) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes manutenção dos parques, onde a Companhia ainda não recebeu as faturas.

## 15 Financiamentos

<b>Consolidado</b>				
<b>Financiamentos</b>	<b>Taxa de Juros</b>	<b>Vencimento Final</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Financiamentos BNB (a)	2,18% a.a. + IPCA	Mar/2038	178.475	171.582
<b>Total</b>			<b>178.475</b>	<b>171.582</b>
<b>Circulante</b>			4.201	9.978
<b>Não Circulante</b>			174.274	161.604

- (a) As controladas Eólica Boa Esperança I S.A. e Eólica Pedra do Reino IV S.A. possuem contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste (BNB) que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária nestes contratos denominados de financiamento mediante abertura de crédito.

A movimentação dos financiamentos ocorreu da seguinte forma:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>95.275</b>
Captação de financiamentos	77.953
Juros incorporados a dívida	7.814
Custo de captação	(2.266)
Custo de captação incorrido	46
Juros pagos	(6.112)
Amortização do principal	(1.128)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>171.582</b>
Juros incorporados a dívida	10.807
Custo de captação incorrido	118
Juros pagos	(4.032)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>178.475</b>

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

<b>Vencimento em:</b>	<b>2020</b>
2022	4.370
2023	6.167
2024	6.532



2025	6.837
2026	7.308
2027 a 2038	143.060
<b>Total</b>	<b><u>174.274</u></b>

**a. Garantias**

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

**b. Covenants**

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são acompanhadas pela Companhia e suas controladas, a seguir algumas das respectivas cláusulas:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, da Conta Reserva do serviço da dívida.
- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB.
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (f) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

## 16 Provisão para desmobilização

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>-</u>
Provisão reconhecida no ano	<u>2.615</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>2.615</u></b>
Ajuste a valor presente	<u>606</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>3.221</u></b>

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia e suas controladas tem a obrigação de devolver a terra onde o parque eólico encontra-se instalado nas

condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2054.

No ano exercício de 2019, a Companhia estimou como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 32.373, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de R\$ 7,64% reconheceu o valor presente de R\$ 2.615 e sobre este valor anualmente serão reconhecidos os ajustes a valor presente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as controlada reavaliaram as estimativas e não modificaram as premissas iniciais adotadas.

## 17 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante, referem-se as diferenças entre os valores alocados como contratos comerciais no intangível (nota explicativa 13) e as bases fiscais de ativos. A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Diferenças temporárias	Base de cálculo	Imposto de renda (25%)	Contribuição social (9%)	Total	
				2020	2019
Direito de exploração dos contratos comerciais	62.760	15.690	5.646	21.336	22.522

  

Diferenças temporárias	Base de cálculo	Imposto de renda (25%)	Contribuição social (9%)	2019	2018
				Direito de exploração dos contratos comerciais	66.244

## 18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Redução de capital (a)		-	-	113
Fianças a pagar	-	-	1.929	-
Outras contas a pagar	3	-	115	-

<b>Total</b>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>2.044</u>	<u>113</u>
(a) Em decorrência de redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária onde a movimentação financeira irá ocorrer no exercício de 2021. Nota explicativa nº 25				

## 19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício consolidado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.574 (R\$ 1.586 em 31 de dezembro de 2019).

As Controladas da Companhia que exercem atividade de geração, apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido. A Controladora apura o imposto de renda e contribuição social com base no lucro real e em 31/12/2020, apresentava prejuízo fiscal. Desta forma não apurou IRPJ e CSLL correntes.

<u>31/12/2020</u>		
<b>Controladora</b>		
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
<b>Lucro real</b>		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.540	3.540
Receitas não tributáveis / (despesas) não dedutíveis	(3.543)	(3.543)
Prejuízo fiscal	(3)	(3)
Alíquota nominal	25%	9%
<b>Total lucro real (*)</b>	<u>-</u>	<u>-</u>

<u>31/12/2019</u>		
<b>Controladora</b>		
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
<b>Lucro real</b>		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	6.920	6.920
Receitas / despesas não dedutíveis	(6.908)	(6.908)
Prejuízo fiscal	(12)	(12)
Alíquota nominal	25%	9%
<b>Total lucro real (*)</b>	<u>(3)</u>	<u>(1)</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não reconheceu ativos fiscais diferidos por não possuir histórico de lucros tributáveis.

<u>31/12/2020</u>		
<b>Consolidado</b>		
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
<b>Lucro presumido</b>		
Receitas de operações com energia elétrica	46.835	46.835
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	3.747	5.620
Demais receitas	523	523

Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.020	553
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>23,89%</b>	<b>9%</b>
<b>31/12/2019</b>		
<b>Consolidado</b>		
	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Contribuição Social</b>
<b>Lucro presumido</b>		
Receitas de operações com energia elétrica	46.907	46.907
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	3.753	5.629
Demais receitas	560	560
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.030	556
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>23,88%</b>	<b>8,98%</b>

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado é de R\$ 123.196, (R\$ 133.193 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 230.741 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado é de R\$ 123.196 (R\$ 133.193 em 31 de dezembro de 2019).

Durante o exercício de 2020 foi integralizado o montante de R\$ 3 de capital social (R\$ 10.244 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, houve redução de capital no montante de R\$ 10.000, conforme aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 20 de agosto de 2020, havendo devolução efetiva a Controladora dos recursos.

### b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia distribuiu a título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 841 (R\$ 1.643 em 31 de dezembro de 2019). Ainda no exercício de 2020 ocorreu a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 4.405, sendo estes aprovados pelos credores conforme disposições contidas no contrato de financiamento junto ao BNB.

### c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor constituído de reserva legal foi de R\$ 177 (R\$ 346 em 31 de dezembro de 2019).

**d. Reserva de retenção de lucros**

É destinada à aplicação em investimentos ou distribuições adicionais de lucros desde que aprovada pelos credores e previstas no orçamento de capital previamente aprovado na assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2020 o valor transferido para reserva de retenções de lucro foi de R\$ 2.521 (R\$ 4.928 em 31 de dezembro de 2019).

**21 Receita operacional líquida**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Receita bruta de energia elétrica (a)</b>	<b>46.835</b>	<b>46.907</b>
PIS	(304)	(305)
COFINS	(1.405)	(1.406)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(1.709)</b>	<b>(1.711)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>45.126</b>	<b>45.196</b>

(a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração de energia própria.

**22 Custos de operação**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Depreciação	(12.627)	(11.458)
Compartilhamento de custos (*)	(1.010)	(1.132)
Engenharia e gestão de processos O&M	(2.596)	(2.643)
Encargos de conexão e transmissão	(3.098)	(3.531)
Compra de energia	(710)	(1.088)
Serviços de terceiros	(345)	(336)
Taxas e alvarás diversos	(269)	(169)
Locações e aluguéis	-	(104)
Seguros	(330)	(182)
Amortização de direito de uso	(196)	(118)
Outros	(118)	(129)
<b>Total</b>	<b>(21.299)</b>	<b>(20.887)</b>

(\*) Com a Controladora final Echoenergia Participações S.A, conforme nota explicativa nº 25.

## 23 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Amortização direitos de exploração	-	-	(3.484)	(3.488)
Compartilhamento de despesas (*)	-	-	(1.526)	(946)
Serviços de terceiros	(16)	-	(284)	(66)
Legais, judiciais e publicações	-	-	(28)	(24)
Impostos e Taxas	-	-	(724)	-
Gastos diversos	-	-	-	(18)
Taxas e alvarás diversos	-	-	(42)	-
<b>Total</b>	<b>(16)</b>	<b>-</b>	<b>(6.088)</b>	<b>(4.542)</b>

(\*) Com a Controladora final Echoenergia Participações S.A, conforme nota explicativa n° 25

## 24 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Rendimento de aplicação	-	-	523	560
<b>Receitas financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>523</b>	<b>560</b>
Juros sobre financiamentos	-	-	(10.807)	(7.814)
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	-	-	(606)	-
Despesa captação de financiamentos	-	-	(118)	(46)
Fianças e comissões bancárias	-	-	(6.511)	(4.399)
Juros sobre arrendamento	-	-	(324)	(421)
Outras despesas financeiras	(1)	(3)	(152)	(329)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(1)</b>	<b>(3)</b>	<b>(18.518)</b>	<b>(13.009)</b>

## 25 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<b><u>Passivo</u></b>		

Echoenergia Participações S.A.(i)	231	335
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>335</b>
<b>Resultado</b>		
Compartilhamento de custos (i)	(1.010)	(1.132)
Compartilhamento de despesas (i)	(1.526)	(946)
<b>Total</b>	<b>(2.536)</b>	<b>(2.078)</b>

- (i) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora final Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2021. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
  - Despesas legais e advocatícias e seguros.

#### **Remuneração dos administradores**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A e rateados via política específica de rateio de custos.

## **26 Contingência**

Até 31 de dezembro de 2019 as Controladas possuíam um montante de R\$ 3.346 em depósito judicial, proveniente de um processo judicial em que as controladas pleiteavam a compensação de saldo a pagar para com fornecedor de serviços (TSK), frente a uma dívida em discussão com o mesmo fornecedor em que Eólica Pedra Rajada S.A e Eólica Pedra Rajada II S.A pleiteiam o recebimento de valores dos fornecedores. Por serem todas empresas do mesmo grupo, tentou-se buscar respaldo judicial para a compensação. No exercício de 2020, a justiça definiu que não seria possível a compensação por serem CNPJs diferentes, sendo que o dinheiro retornou para a conta da Eólica Boa Esperança I S.A.

## **27 Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros derivativos.

***Classificação dos instrumentos financeiros***

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2020</b>		
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros</b>					
Bancos e caixa	6.a	18	-	1.396	-
Aplicações financeiras	6.a	-	-	-	26.683
Fundos vinculados	6.b	-	-	-	9.002
Contas a receber	7	-	-	12.383	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	14	23	-	10.079	-
Financiamentos	15	-	-	178.475	-

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2019</b>		<b>31/12/2019</b>		
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros</b>					
Bancos	6.a	18	-	56	-
Aplicações financeiras	6.a	-	-	-	14.014
Fundos vinculados	6.b	-	-	-	12.395
Contas a receber	7	-	-	10.451	-
Depósitos judiciais	-	-	-	3.346	-
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	14	8	-	3.834	-
Financiamentos	15	-	-	171.582	-

***Valor justo dos instrumentos financeiros***

		<b>Controladora</b>				
	Nota	Nível (*)	<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2019</b>	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	18	18	18	18
Fornecedores	14	Nível 2	23	23	8	8
<b>Total</b>			<b>41</b>	<b>41</b>	<b>26</b>	<b>26</b>

  

		<b>Consolidado</b>				
	Nota	Nível (*)	<b>31/12/2020</b>		<b>31/12/2019</b>	
			Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos e aplicações financeiras	6.a	Nível 2	28.079	28.079	14.070	14.070
Contas a receber	7	Nível 2	12.383	12.383	10.451	10.451



Fundos vinculados	6.b	Nível 2	9.002	9.002	12.395	12.395
Fornecedores	14	Nível 2	3.834	3.834	11.661	11.661
Financiamentos (a)	15	Nível 2	178.475	178.475	171.582	171.582
<b>Total</b>			<b>231.773</b>	<b>231.773</b>	<b>220.159</b>	<b>220.159</b>

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similares ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2020.

(\*) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## 28 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### ***Risco operacional***

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

### ***Risco de crédito***

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Controladora Echoenergia Participações S.A de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições

financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		Caixa e equivalentes de caixa	6.a	18	18
Fundos vinculados	6.b	-	-	9.002	12.395
Contas a receber	7	-	-	12.383	10.451
<b>Total</b>		<b>18</b>	<b>18</b>	<b>49.464</b>	<b>39.616</b>

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia e de suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia e suas controladas não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2020 Consolidado	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	10.079	3.834	-	-	-
Financiamentos	178.475	13.962	30.099	44.940	186.708
<b>Total</b>	<b>188.554</b>	<b>17.796</b>	<b>30.099</b>	<b>44.940</b>	<b>186.708</b>

31/12/2020 Controladora	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	23	23	-	-	-

Total	<b>23</b>	<b>23</b>	-	-	-
-------	-----------	-----------	---	---	---

### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia e de suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia e de suas controladas não efetuam investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

### ***Risco de taxas de juros***

A Companhia e suas controladas entendem que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

### **Análise de Sensibilidade**

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação, a Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central e projeções de longo prazo do Banco Bradesco S/A com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/12/2020	31/12/2021	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP*	4,39%	4,47%	0,08 p.p	0,10 p.p	0,12 p.p
IPCA (a)	4,23%	3,30%	(0,93) p.p	(1,16) p.p	(1,40) p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (b)	2,76%	3,37%	0,61 p.p	0,76 p.p	0,92 p.p
<b>Risco de aumento (passivo)</b>	<b>Índice</b>	<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>Provável</b>	<b>Sensibilidade Δ + 25%</b>	<b>Δ + 50%</b>

Financiamentos	IPCA	<u>178.475</u>	<u>5.890</u>	<u>7.362</u>	<u>8.835</u>
		<u><b>178.475</b></u>	<u><b>5.890</b></u>	<u><b>7.362</b></u>	<u><b>8.835</b></u>
<b>Risco de redução (ativo)</b>					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u><b>35.685</b></u>	<u><b>1.203</b></u>	<u><b>1.503</b></u>	<u><b>2.804</b></u>

- (a) *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Boletim Focus*  
(b) *Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo*

## 29 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores		2.061	-
Aumento (redução) em fornecedores	14	(2.061)	-

## 30 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025 a 2037</u>
(CUST / CCT) (a)	5.455	5.455	5.455	5.455	70.915
Contratos de (O&M) (b)	3.236	3.353	3.614	4.986	64.818
<b>Total</b>	<u>8.691</u>	<u>8.808</u>	<u>9.069</u>	<u>10.441</u>	<u>135.733</u>

### a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, as controladas irão incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2020 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021 (julho/20 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/ajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2021 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2019/2020.

**b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)**

As controladas possuem contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

**31 Eventos subsequentes**

Não foram identificados eventos subsequentes relevantes no período.